

PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE - PB

SUPERVISOR EDUCACIONAL

- ✓ Língua Portuguesa
- ✓ Redação Discursiva
- ✓ Noções de Informática
- ✓ História de Campina Grande - PB
- ✓ Conhecimentos Específicos
- ✓ Legislação e Ética no Serviço Público (On-line)

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 01/2026



Conteúdo de acordo
com o edital
Questões gabaritadas
da banca Idecan



PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE - PB

Supervisor Educacional

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Supervisor Educacional de acordo com o Edital nº 01/2026, da Prefeitura de Campina Grande - PB.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes *Importante e Dica*, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da banca *IDECAN*, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse o conteúdo complementar disponível on-line para este livro em nossa plataforma: *Legislação e Ética no Serviço Público disponível em PDF para download*. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

**POR QUE
ADQUIRIR
A VERSÃO
COMPLETA?**

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ LEITURA E INTERPRETAÇÃO TEXTUAL	11
LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	11
■ ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO E DOS PARÁGRAFOS	14
■ ARTICULAÇÃO DO TEXTO: PRONOMES E EXPRESSÕES REFERENCIAIS, NEXOS E OPERADORES SEQUENCIAIS.....	14
■ SIGNIFICAÇÃO CONTEXTUAL DE PALAVRAS E EXPRESSÕES.....	19
■ EQUIVALÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO DE ESTRUTURAS.....	21
■ SINTAXE E CONSTRUÇÃO FRASAL.....	23
SINTAXE: PROCESSOS DE COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO	30
REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL.....	34
CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL.....	36
■ FUNÇÕES DAS CLASSES DE PALAVRAS	41
FLEXÃO NOMINAL.....	42
PRONOMES: EMPREGO, FORMAS DE TRATAMENTO E COLOCAÇÃO	47
EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS	50
FLEXÃO VERBAL.....	51
■ PONTUAÇÃO.....	57
■ MORFOLOGIA, ESTRUTURA E FORMAÇÃO DE PALAVRAS	61
■ NORMA-PADRÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA: ORTOGRAFIA OFICIAL.....	65
ACENTUAÇÃO GRÁFICA	66
REDAÇÃO DISCURSIVA.....	79
■ INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA.....	79
NOÇÕES DE INFORMÁTICA.....	113
■ HARDWARE E COMPONENTES COMPUTACIONAIS	113
HARDWARE: DISPOSITIVOS DE ARMAZENAMENTO, MEMÓRIAS E PERIFÉRICOS	113

■ SISTEMAS OPERACIONAIS: SISTEMAS OPERACIONAIS WINDOWS/LINUX.....	116
CONCEITO DE PASTAS, DIRETÓRIOS, ARQUIVOS E ATALHOS.....	117
ÁREA DE TRABALHO.....	119
ÁREA DE TRANSFERÊNCIA.....	122
MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS.....	122
Extensões e Arquivos.....	124
USO DOS MENUS.....	127
PROGRAMAS E APLICATIVOS.....	128
INTERAÇÃO COM O CONJUNTO DE APLICATIVOS.....	133
■ EDITOR DE TEXTOS.....	136
ESTRUTURA BÁSICA DOS DOCUMENTOS.....	137
EDIÇÃO E FORMATAÇÃO DE TEXTOS.....	138
CABEÇALHOS.....	140
PARÁGRAFOS.....	140
FONTES.....	142
COLUNAS.....	143
MARCADORES SIMBÓLICOS E NUMÉRICOS.....	143
TABELAS.....	144
IMPRESSÃO.....	145
CONTROLE DE QUEBRAS E NUMERAÇÃO DE PÁGINAS.....	146
LEGENDAS.....	147
ÍNDICES.....	147
INSERÇÃO DE OBJETOS.....	148
CAMPOS PREDEFINIDOS.....	148
CAIXAS DE TEXTO.....	149
■ PLANILHAS ELETRÔNICAS.....	151
ESTRUTURA BÁSICA DAS PLANILHAS.....	152
CONCEITOS DE CÉLULAS, LINHAS, COLUNAS, PASTAS E GRÁFICOS.....	153
ELABORAÇÃO DE TABELAS E GRÁFICOS.....	154
USO DE FÓRMULAS, FUNÇÕES E MACROS.....	158

IMPRESSÃO	161
INSERÇÃO DE OBJETOS	161
CAMPOS PREDEFINIDOS	164
CONTROLE DE QUEBRAS E NUMERAÇÃO DE PÁGINAS	165
OBTENÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE DADOS EXTERNOS.....	165
■ CORREIO ELETRÔNICO.....	169
USO DE CORREIO ELETRÔNICO.....	170
PREPARO E ENVIO DE MENSAGENS	171
ANEXAÇÃO DE ARQUIVOS.....	172
■ FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO E REUNIÕES ON-LINE	173
MICROSOFT TEAMS.....	173
GOOGLE MEET	179
ZOOM.....	179
GOOGLE HANGOUT	180
■ INTERNET E NAVEGAÇÃO.....	180
INTERNET, INTRANET E EXTRANET.....	180
PROTOCOLOS E SERVIÇO	181
SÍTIOS DE BUSCA E PESQUISA NA INTERNET.....	184
CONCEITOS DE URL.....	185
LINKS.....	186
SITES	187
NAVEGADORES: MOZILLA FIREFOX E GOOGLE CHROME	188
BUSCA	189
IMPRESSÃO DE PÁGINAS NA INTERNET	191
REDES SOCIAIS.....	193
■ TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	193
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SEGURANÇA DE DADOS.....	193
COMPUTAÇÃO EM NUVEM.....	197
MALWARES E ATAQUES.....	201
FERRAMENTAS DE SEGURANÇA (ANTIVÍRUS E FIREWALLS).....	207

■	PRINCÍPIOS DE SEGURANÇA, CONFIDENCIALIDADE E ASSINATURA DIGITAL	214
	HISTÓRIA DE CAMPINA GRANDE - PB	227
■	HISTÓRIA GERAL SOBRE O MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, NA PARAÍBA	227
	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	229
■	O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) COMO DIRETRIZ PARA O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DO CURRÍCULO ESCOLAR.....	229
	O PPP COMO GUIA PARA A PARTICIPAÇÃO, GESTÃO COLEGIADA E DEMOCRACIA ESCOLAR: PLANOS DE ENSINO, AULAS, RECONFIGURAÇÕES DAS AÇÕES E AVALIAÇÃO CÍCLICA DO EXECUTADO	229
■	CONSTRUÇÃO COLETIVA E IMPLEMENTAÇÃO NA ESCOLA.....	230
■	IMPLICAÇÕES DA INTERDISCIPLINARIDADE NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM E NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS.....	232
■	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC).....	232
	A FORMALIZAÇÃO DA BNCC PELO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: DISSENSOS E CONSENSOS	232
■	O PLANEJAMENTO DA JORNADA PEDAGÓGICA ANUAL: FUNÇÃO E RESULTADOS.....	244
■	ESCOLA, CONHECIMENTO E QUALIDADE DE VIDA.....	246
■	A EDUCAÇÃO E A DIVERSIDADE CULTURAL.....	249
	RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO, DESIGUALDADE SOCIAL E CIDADANIA	249
■	PRINCÍPIOS, NORMAS LEGAIS E DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	251
■	VISÕES DA FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA.....	258
■	A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DE PAULO FREIRE	263
■	O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES E TEORIAS DA APRENDIZAGEM E DA SUA AVALIAÇÃO	264
■	A INTERAÇÃO PEDAGÓGICA NA SALA DE AULA	265
	O ALUNO, O PROFESSOR, OS TEMPOS, OS ESPAÇOS E OS CONTEÚDOS ESCOLARES	265
■	AS DIFERENTES TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS NO BRASIL.....	268
■	O CURRÍCULO	269
	DIFERENTES CONCEPÇÕES E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A PROPOSTA PEDAGÓGICA DA ESCOLA	269
	O CURRÍCULO COMO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES COGNITIVAS, AFETIVAS, SOCIAIS E DE COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS À LEITURA CRÍTICA DE MUNDO	272

■	RELAÇÃO ENTRE CONHECIMENTO E VIDA.....	273
■	A DIMENSÃO COOPERATIVA E INTEGRADORA DA AÇÃO SUPERVISORA DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.....	275
■	O TRABALHO COLETIVO DOS PROFESSORES E SUA FORMAÇÃO CONTINUADA	276
■	POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO	279
■	FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	282
■	DIRETRIZES E FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUAS MODALIDADES	283
■	LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS	286
	CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, ARTS. 205 A 214	286
	LDB (LEI Nº 9.394/1996)	290
	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (LEI Nº 8.069/1990)	318
	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO VIGENTE (LEI Nº 15.388/2026).....	372
	LEI Nº 14.113/2020 (FUNDEB).....	380
■	DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS	391
■	GESTÃO DEMOCRÁTICA	394
■	PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	397
■	AVALIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM	398
■	EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	401
	ACESSIBILIDADE E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	401
■	DIVERSIDADE, DIREITOS HUMANOS, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA	404
■	TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS	405
■	METODOLOGIAS ATIVAS	407
■	RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA-COMUNIDADE.....	409
■	INTERDISCIPLINARIDADE.....	409

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO TEXTUAL

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

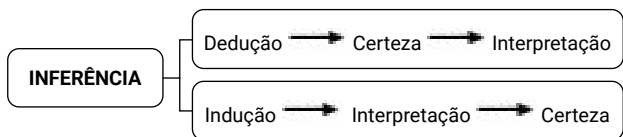
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma certeza na interpretação.

REDAÇÃO DISCURSIVA

INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA

Neste material, trabalharemos a redação discursiva. Você estudará algumas características inovadoras no conceito de produção de textos para quem quer atingir um melhor resultado em provas que exijam do candidato a habilidade de produzir um texto.

Aqui, serão apresentados os aspectos gerais da redação discursiva em sua estrutura textual, bem como todos os passos para a sua produção com eficiência. Porém, antes de iniciarmos, é importante dar atenção às dúvidas que geralmente são apresentadas pelos alunos para que se possa dar solução aos principais problemas que eles relatam.

DÚVIDAS FREQUENTES QUANTO À REDAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS

Por que é tão difícil produzir um texto eficiente?

Sempre se ouvem os temores de alunos quanto às provas que cobram dos candidatos habilidades na produção de questões discursivas. Alguns dizem sentir-se tão despreparados que terminam por desistir dos concursos que trazem a redação como critério de classificação.

É necessário reconhecer que o hábito de escrever não está na prática do cotidiano da maioria das pessoas e que, hoje em dia, quando se dispõem a fazê-lo, exercitam essa habilidade normalmente em ambientes virtuais, como sites de comunicação e elaboração de e-mails.

No entanto, nesses ambientes, não é necessário, na maioria das vezes, adequar a escrita à norma padrão da língua. O resultado é que, quando ocorre a exigência da produção escrita, a prática que se tem não promove a eficiência nessa categoria de comunicação.

Como, em pouco tempo, desenvolver a habilidade da escrita em quem tem dificuldade de passar para o papel o que tem na sua cabeça?

Inicialmente, em um procedimento tradicional de produção de textos, começa-se pela apresentação de exemplos de textos bem escritos, depois se faz um planejamento textual, mostra-se sua estrutura, apresenta-se as partes que o compõem.

Depois disso, inicia-se a identificação dessas partes e de como elaborá-las separadamente: como se constrói um parágrafo; quais são as fases de sua elaboração; e quais são os diferentes tipos de parágrafos.

Também é mostrado como podem ser os parágrafos que introduzem, desenvolvem e concluem um texto dissertativo. Só depois de exercitar esses primeiros procedimentos é que se passa à produção de um trabalho completo, buscando a eficiência do todo por intermédio do agrupamento de cada uma das partes estudadas até a formação de um bloco contínuo e completo.

O truncamento desse trabalho ocorrerá certamente se o aprendiz não se dispuser a praticar esses conceitos. É aí que começa a frustração dos potenciais autores, pois, muitas vezes, só tentam praticar a escrita da redação após concluírem o estudo do livro didático e enfrentam grande dificuldade no momento do agrupamento — ou seja, em transformar em um todo aquilo que aprenderam a fazer em partes. Se o resultado não for satisfatório, acabam assumindo a dificuldade como uma inabilidade pessoal.

Como proposta de solução para essa dificuldade, vamos partir de um princípio inverso em que se começa da materialização do texto eficiente, satisfazendo os anseios dos nossos alunos: começamos pelo **todo** para depois estudarmos as **partes**.

Esse trabalho consiste na elaboração de máscaras de redação, o que proporciona um ponto de partida concreto na produção de redações eficientes a partir de modelos prontos e que serão estudados e adaptados para qualquer tema proposto pela banca organizadora do concurso, respeitando, ainda, o caráter da originalidade, da criticidade e da criatividade de cada autor.

As máscaras de redação garantem a eficácia sobre os principais quesitos exigidos pelas bancas organizadoras dos critérios de correção dos textos, tais como progressão textual e sequencialização, coesão e, conseqüentemente, coerência, além de atender naturalmente à estrutura própria dos textos dissertativos.

Outro ponto importante é o de permitir ao candidato uma projeção bem aproximada da extensão do seu texto em número de linhas.

Essa proposta também tem a finalidade de desenvolver uma maior agilidade na projeção e na construção da redação, otimizando o tempo de sua elaboração durante a prova.

Qual o peso ou a importância da redação em um concurso público?

O peso da redação é muito grande, por isso, ela faz a diferença na aprovação. Nos concursos atuais, a redação tornou-se o passaporte para o ingresso em grande parte das carreiras públicas, pois de nada vale um resultado positivo na prova objetiva se não houver sucesso na redação.

Os candidatos costumam dedicar seu tempo de estudos à prova objetiva e deixar a redação por último. Na maioria das vezes, passam naquela e reprovam nesta. Nesse sentido, é necessário exercitar a competência escrita desde o início dos estudos, com uma redação por semana ou, pelo menos, com uma a cada 15 dias.

O que conta mais para um bom resultado: ter bons conhecimentos sobre o assunto apresentado na proposta ou ter bons conhecimentos em língua portuguesa?

Em verdade, os dois aspectos são equivalentes em importância. No que diz respeito aos conhecimentos de língua portuguesa, estamos nos referindo à estrutura e à linguagem do texto dissertativo. Subentende-se que quem domina esses dois aspectos não enfrenta dificuldades com a ortografia e outros elementos gramaticais que, inclusive, costumam ter pouco peso na prova.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

HARDWARE E COMPONENTES COMPUTACIONAIS

HARDWARE: DISPOSITIVOS DE ARMAZENAMENTO, MEMÓRIAS E PERIFÉRICOS

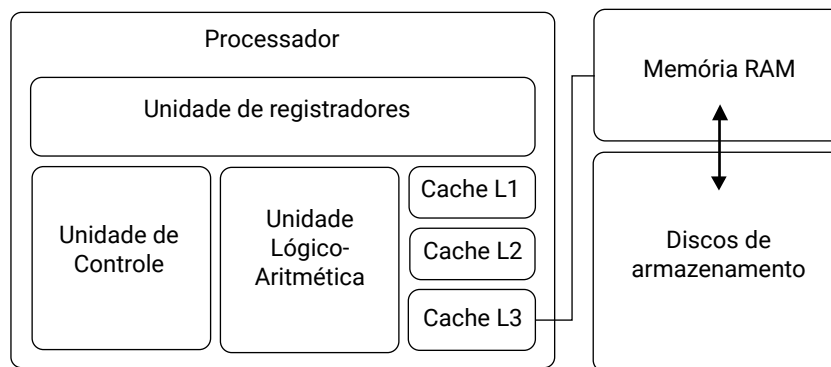
Existem várias formas de classificação do hardware, seja por meio da conexão, da natureza do componente, da utilização etc. Veja a seguir uma tabela, item por item, com os componentes de um computador, focando na conexão do componente e dicas relacionadas.

Dica

O processador do computador é o item mais questionado de hardware por todas as bancas organizadoras.

COMPONENTE INTERNO	DESCRIÇÃO	CONEXÃO E DICA
Processador	Principal item do computador. Instalado na placa mãe	Cérebro do computador, composto de três unidades: unidade lógica e aritmética ¹ , a unidade de controle ² e a unidade de registradores ³
Cache L1	Memória rápida nível 1 (level 1)	Próximo ao núcleo do processador
Cache L2	Memória rápida nível 2 (level 2)	Na borda do processador, próximo à memória RAM ⁴
Cache L3	Memória rápida nível 3 (level 3)	Na borda do processador, próximo à memória RAM. Alguns processadores novos possuem cache L3
Memória RAM	Memória principal	Adicionada nos <i>slots</i> de expansão da placa mãe, banco de memórias. Ela é temporária, volátil, de acesso aleatório

A seguir, vejamos um esquema do processador e seus componentes internos.



COMPONENTE INTERNO	DESCRIÇÃO	CONEXÃO E DICA
Placa-Mãe	Recebe os componentes internos instalados no computador	<i>Motherboard</i> . A velocidade do barramento determina quais componentes podem ser adicionados

1 ULA, unidade matemática, unidade lógico-artmética, coprocessador automático.

2 Responsável pela busca da próxima instrução (que será executada) e decodificação.

3 Armazena os valores de entrada e saída das operações.

4 RAM – *Random Access Memory* – memória de acesso aleatório ou randômico. Conhecida como memória principal.

HISTÓRIA DE CAMPINA GRANDE - PB

HISTÓRIA GERAL SOBRE O MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, NA PARAÍBA

ORIGEM

Inserida numa faixa de transição entre o litoral e o sertão paraibano, a cidade de Campina Grande se formou em uma área de passagem que, desde cedo, favoreceu deslocamentos, trocas e contatos entre diferentes grupos humanos. A história do município fixa o ano de 1697 como marco de fundação, e esse dado continua organizando a memória pública da cidade. Mais do que uma simples data, esse momento representa o início de uma experiência de ocupação que uniu fatores geográficos, interesses coloniais e redes locais de circulação. A posição da localidade no planalto da Borborema ajudou a explicar por que aquele núcleo inicial, ainda modesto, ganhou importância relativamente rápida dentro do interior paraibano.

Quando se examina com mais atenção o início dessa trajetória, percebe-se que a origem de Campina Grande está associada ao aldeamento dos indígenas Ariús sob a ação de Teodósio de Oliveira Lêdo. Isso significa que a história municipal não pode ser contada como se o espaço estivesse vazio à espera de colonizadores, porque havia a presença indígena e também um projeto de reorganização territorial conduzido pela colonização portuguesa. A formalização dessa presença aparece de modo mais claro no final do século XVII, quando o lugar passa a ser reconhecido dentro da lógica administrativa da colônia. O nascimento de Campina Grande, portanto, está ligado a relações de contato, catequese, domínio e adaptação do território aos interesses de ocupação do interior.

À medida que o povoamento se estabilizava, o entorno oferecia condições favoráveis ao cultivo de mandioca, milho e outros gêneros que sustentavam a vida cotidiana dos colonos e das populações locais. Ao mesmo tempo, a posição geográfica do núcleo permitia que ele funcionasse como área de parada e reorganização de viagens entre diferentes zonas da capitania. Com isso, a futura cidade começou a adquirir um papel que ia além do simples assentamento rural, aproximando-se de uma função comercial e articuladora que marcaria toda a sua história posterior.

DA FREGUESIA À CIDADE

Com o crescimento da povoação e o aumento de sua importância regional, vieram as mudanças administrativas que lhe deram maior consistência política. Em 1769, o lugar foi elevado à condição de freguesia, e em 1790 passou à categoria de vila com o nome de Vila Nova da Rainha. Já em 11 de outubro de 1864, ocorreu a elevação à categoria de cidade, marco que consolidou sua posição no quadro urbano paraibano. Cada

uma dessas etapas expressou o avanço da organização institucional, da vida econômica e da autoridade local sobre um espaço em expansão.

No interior desse processo de estruturação, a vida urbana foi sendo desenhada ao redor da igreja, das ruas principais e dos edifícios administrativos. O prédio erguido em 1814, que mais tarde se tornaria referência da memória histórica local, funcionou como cadeia pública e como Casa da Câmara quando Campina Grande ainda se chamava Vila Nova da Rainha. Esse detalhe ajuda a perceber que a cidade oitocentista já dispunha de uma malha institucional mais definida, ainda que seu espaço urbano estivesse longe da complexidade que surgiria no século seguinte. A presença da Câmara, de serviços administrativos e de equipamentos públicos revelava uma localidade em nítido processo de consolidação.

Em meio às exigências da vida no agreste, a questão da água também se tornou parte da formação histórica do município. O Açude Velho, cuja construção remonta ao século XIX e é situada em 1830 na memória local, nasceu como uma resposta à necessidade de abastecimento e logo se integrou ao cotidiano urbano de modo duradouro. Mais tarde, ele deixaria de ser apenas uma solução material para se transformar também em referência espacial, afetiva e simbólica da cidade.

Ao longo do século XIX, a cidade também se inseriu nas tensões políticas mais amplas do Nordeste e do Império. A população local participou dos movimentos de 1817, 1824 e 1848, e em 1874 o município se tornou cenário da insurreição do Quebra-Quilos, motivada pela rejeição a impostos e ao novo sistema de pesos e medidas. A repercussão desse episódio ultrapassou o espaço local e alcançou outras áreas nordestinas, o que confere a Campina Grande um lugar expressivo na história das rebeliões populares brasileiras.

CENTRALIDADE REGIONAL

Desde os seus momentos mais antigos, Campina Grande desenvolveu uma relação muito estreita com o comércio e com a circulação regional. A cidade se firmou como ponto de encontro de caminhos interiores e como espaço favorável à parada de tropeiros, criadores, pequenos produtores e vendedores de diferentes procedências. Essa condição deu origem a uma cultura comercial persistente, que não surgiu por acaso, mas da combinação entre localização geográfica, disponibilidade de gêneros e trânsito constante de mercadorias. Em torno desse movimento, formou-se uma das bases mais estáveis da identidade campinense.

Na prática, a feira não funcionava apenas como local de compra e venda, porque ela reunia experiências sociais muito mais amplas. Era ali que se cruzavam notícias, hábitos, formas de linguagem, acordos de crédito, relações de confiança e modos de sociabilidade próprios do interior nordestino. Com o passar do tempo, esse espaço se transformou em referência cultural de longa duração, associada não só à economia, mas também à memória de como a cidade aprendeu a se reconhecer como centro de circulação regional.

Na parte final do século XIX, essa vocação mercantil já se mostrava plenamente amadurecida. Em 1888, Campina Grande era descrita como uma das localidades mais populosas e prósperas do interior da Paraíba, favorecida pela estrada que ligava os sertões

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) COMO DIRETRIZ PARA O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DO CURRÍCULO ESCOLAR

O PPP COMO GUIA PARA A PARTICIPAÇÃO, GESTÃO COLEGIADA E DEMOCRACIA ESCOLAR: PLANOS DE ENSINO, AULAS, RECONFIGURAÇÕES DAS AÇÕES E AVALIAÇÃO CÍCLICA DO EXECUTADO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) configura-se como uma forma de planejamento, um instrumento de intervenção na prática educacional que se realiza na escola. Trata-se de um documento que todas as instituições educativas devem elaborar e manter atualizado, pois possibilita aos membros da escola a tomada de consciência dos problemas e das possíveis soluções, estabelecendo a responsabilidade de todos. A presença do debate democrático favorece a produção de critérios coletivos no seu processo de elaboração, assimilando significados comuns aos diferentes agentes educacionais e colaborando com a identificação desses com o trabalho desenvolvido na escola.

As três palavras que constituem o nome do documento dizem muito sobre ele. Vejamos os conceitos propostos por VEIGA (1995, p. 13), que definem a nomenclatura de Projeto Político Pedagógico (PPP):

PROJETO	POLÍTICO	PEDAGÓGICO
Proposta de ação a executar durante determinado período de tempo	Em compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade	Ações educativas e características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade

Ao integrar as três dimensões, o PPP fortalece sua função social. O documento constitui, neste sentido, um marco de referência elaborado e definido pela e para a comunidade escolar, com o intuito de registrar, orientar, estabelecer ações, metas, estratégias e intenções da escola.

Na perspectiva de Vasconcellos (2006, p. 169), o Projeto Político Pedagógico (ou Projeto Educativo) é:

[...] o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento

de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, CONFORME A LEI Nº 9.394, DE 1996

A partir dos princípios democráticos presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) — Lei nº 9.394, de 1996 — encontramos o aporte legal da escola na elaboração da sua proposta pedagógica. Vejamos alguns dispositivos da referida Lei:

Art. 12 *Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:*

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica; [...]

Art. 13 *Os docentes incumbir-se-ão de:*

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; [...]

Art. 14 *Lei dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal definirá as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:*

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; [...]

Importante!

Projeto Político Pedagógico, Proposta Curricular e Proposta Pedagógica são nomenclaturas relativas ao mesmo documento. Note que, nos arts. 12 e 13, da LDB (Lei nº 9.394 de 1996), aparece “proposta pedagógica” e, no art. 14 da mesma lei, “proposta curricular”, não existindo diferença entre os termos.


ELEMENTOS ESTRUTURANTES

Para Vasconcellos (2006, p. 61) uma das finalidades do Projeto Político Pedagógico (PPP) é “*ser elemento estruturante da identidade da instituição*”. Assim, o PPP é um referencial teórico da escola e constituiu-se de três marcos: situacional, conceitual e operacional. Vejamos:

MARCO SITUACIONAL	MARCO CONCEITUAL	MARCO OPERACIONAL
Trata de uma análise da realidade, de um diagnóstico da escola e suas especificidades	Explicita objetivamente e estabelece relações entre os fundamentos teóricos	Define linhas de ação e a reorganização do trabalho pedagógico escolar na perspectiva pedagógica administrativa, financeira e político-social


O PPP, em suas várias dimensões de elaboração, toma sempre como ponto de partida o já instituído, aquilo que já foi historicamente construído, não para perpetuar ou para se afirmar fatalismos (oi sempre assim e nada mudará), mas para criar uma nova utopia, um novo instituinte (GADOTTI, 2000).

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

[ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO](#)